

RIO PANDEIROS: TERRITÓRIO E HISTÓRIA DE UMA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO NORTE DE MINAS GERAIS¹

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico²
Universidade Estadual de Roraima

RESUMO

A bacia hidrográfica do rio Pandeiros está localizada na região Norte de Minas Gerais, envolvendo os municípios de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho. Foi transformada em Área de Proteção Ambiental pela sua importância ecológica para a manutenção do ecossistema da região, o cerrado e para o rio São Francisco. A transformação trouxe consigo a necessidade de formação de novas relações com a natureza, gerando conflitos. Esses conflitos são reflexos de uma construção histórica, marcada pela ocupação e economia de toda uma região mineira. Antes de ser instituída a APA a região já estava ocupada há séculos, compondo pequenas comunidades que possuem sua atividade na agricultura familiar e a pecuária. Essas comunidades formaram os aspectos culturais que marcam a região, conhecida como Sertão Mineiro. Na década de 1970 foi introduzida uma nova atividade econômica que definiu alterações ambientais e culturais na área. Iniciar a produção de carvão vegetal na região foi uma decisão do Estado, com o objetivo de atender a demanda por essa matéria-prima nas indústrias siderúrgicas. O fato foi decisivo para a configuração do território hoje existente, marcado pela degradação ambiental decorrente da produção de carvão com a vegetação nativa do Cerrado e os conflitos decorrentes dessa atividade, na maioria das vezes ilegais. O presente artigo busca demonstrar a importância de considerar os aspectos históricos da formação de um território, para a gestão de uma Unidade de Conservação e a redução dos conflitos ali presente.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental; Sertão; território; conflitos.

ABSTRACT

The basin of the river Pandeiros is located in the northern region of Minas Gerais, involving the municipalities Januária, Bonito de Minas and Cônego Marino. Was transformed into the Environmental Protection Area for its ecological importance for maintaining the region's ecosystem, the cerrado and the river San Francisco. The transformation brought with it the need for formation of new relationships with nature, generating conflicts. These conflicts are reflections of a historical building, marked by the occupation and economy of a mining region. Before being introduced to the "APA" region was occupied for centuries, forming small communities that have their activity in family farming and livestock. These communities formed the cultural aspects that characterize the region, known as Sertão Mineiro. In the 1970s it was introduced a new economic activity that defined changes in environmental and cultural area. Start the production of charcoal in the region was a decision of the state, aiming to meet the demand for this raw material in steel industries. The fact was decisive for the configuration of the existing territory today, marked by environmental degradation resulting from production of coal with the native vegetation of the Cerrado and the conflicts arising from such activity, most often illegal. This article aims to demonstrate the importance of considering historical aspects of the formation of a territory for the management of a conservation unit and the reduction of this conflict there.

Keywords: Environmental Protection Area; Sertão; territory; conflicts.

A APA ESTADUAL DO RIO PANDEIROS - CRIAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental do rio Pandeiros foi criada através da Lei 11.901 de 01/09/1995, que abrange as áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica desse rio, que tem uma extensão aproximada de 145km (IEF, 2006). Integra a bacia do rio São Francisco e sua administração

está sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas/IEF-MG, que atua na elaboração de projetos, na gestão e fiscalização da área.

A legislação estadual de Minas Gerais considera uma Área de Proteção Ambiental – APA, a “a área assim declarada pelo Poder Público, para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as

condições ecológicas locais” (Decreto nº 33.944/92 - Art. 5º, §3º).

De acordo com a lei de sua criação, a da APA Estadual do Rio Pandeiros tem como objetivo a proteção da bacia considerada paisagem de beleza cênica e das áreas de significativa importância da reprodução e desenvolvimento da ictiofauna (Art. 2º). Para tal algumas atividades estão restritas, como:

I - a realização de atividades que possam colocar em risco os mananciais e os campos alagadiços;

II - a execução de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem sensível alteração das condições ecológicas locais;

III - a realização de atividades capazes de provocar erosão de terras ou assoreamento de coleções hídricas;

IV - a realização de atividades que ameacem extinguir, na área protegida, espécies da biota regional;

V - a supressão total ou parcial de remanescentes de matas ciliares e de outras formações de matas naturais (Decreto nº 33.944/92, Art. 5º).

Está localizada à margem esquerda do rio São Francisco e possui uma área de 380.000 hectares, ou 2.900 km². Limita-se com a Serra do Gibão (NW), com a Serra das Araras (SW), com o divisor de águas do rio Peruaçu até o São Francisco (NE) e com o divisor de águas da bacia do rio Pardo ao sul (S-SW).

Considerado o “berçário do Velho Chico” (denominação popular para o rio São Francisco), o rio Pandeiros tornou-se uma Área de Proteção Ambiental – APA, com a inclusão

da área do pântano, transformado em Refúgio de Vida Silvestre através do Decreto nº43.910, de 05/11/2004, com uma área de 6.102,75 ha. O pântano está distante 48 quilômetros de Januária e o fenômeno da piracema ocorre em suas águas, quando os peixes sobem o afluente em busca de um local em condições favoráveis para desova. Além da beleza cênica do local, o rio Pandeiros é de importância decisiva para o ecossistema da região, sendo responsável por 70% da reprodução dos peixes que vivem no São Francisco entre as barragens de Três Maria-MG e Sobradinho-BA.

A HERANÇA NATURAL DO SERTÃO

A formação das paisagens que compõem a região iniciou-se há mais de 450 M.a., com constantes adaptações de plantas e animais. A movimentação dos continentes, com a separação da África e da América do Sul, contribui para a paisagem, com a formação do cráton do rio São Francisco³.

Nas proximidades do rio São Francisco a área é formada por uma topografia mais suave, aumentando em direção oeste, quando a formação calcária do Grupo Bambuí cede lugar aos arenitos que formam as chapadas, onde se encontra parte considerável da bacia hidrográfica do rio Pandeiros (PEDROSA-SOARES *et al.*, 1994).

Integrante do Planalto Central, com chapadões revestidos por cerrados e recortado por florestas de galerias (Ab Saber, 2003), grande parte da região encontra-se na faixa de transição entre os domínios morfoclimáticos do Cerrado e da Caatinga. Segundo a classificação de Ross (2006), a área é dominada por superfícies aplainadas, vales rasos e morros residuais isolados que formam a Depressão sertaneja e do São Francisco. Esse espaço,

atualmente, apresenta uma conformação resultante da combinação dos fatores naturais e técnico-científicos, influenciados por questões políticas e econômicas “que se associam aos diferentes momentos da história econômica brasileira, em programas, projetos e planos dos governos federal e estaduais [...] que visa ao desenvolvimento econômico, sem preocupação maior com o social e o ambiental” (ROSS, 2006, p. 64).

A bacia hidrográfica do rio Pandeiros está inserida nas formações geológicas de origem metassedimentar do norte de Minas Gerais, destacando-se as formações do Grupo Bambuí, Urucuaia e Areado. A área encontra-se entre as cotas 500 e 700 metros de altitude. A maior parte do relevo é composta por superfícies aplainadas da depressão periférica do São Francisco, cuja evolução está relacionada aos processos de desnudação realizados pela drenagem do rio São Francisco sobre ardósia, metassiltitos e calcários (FIG. 1) (IEF, 2006). 2006.



FIGURA 1: Aspecto geral do relevo e da vegetação. Fotografado por Maria Bárbara de M. Bethonico em janeiro 2007.

Na parte norte do estado de Minas Gerais, os solos, em sua maior parte, são formados por textura arenosa, decorrente da Série Bambuí. São de baixa fertilidade e

recobertos, em partes por gramíneas e em outras por cerrados, onde se encontra maior riqueza de elementos minerais.

Segundo informações do IEF (2006) os solos da bacia do rio Pandeiros são, em sua maioria, com aptidão agrícola voltada para culturas de ciclo curto, sendo que em algumas partes, inapto, considerando-se que na área existe um sistema de manejo pouco desenvolvido ou um sistema de manejo desenvolvido sem irrigação (IEF, 2006, p.4). Destaca ainda que a presença de matéria orgânica é baixa e restrita a áreas de veredas. Os principais tipos de solos existentes na área estão associados ao relevo e a vegetação (QUADRO 1), compondo um conjunto de elementos diretamente afetados pela ação humana.

A vegetação original e predominante na bacia do rio Pandeiros é o cerrado. De acordo com informações do IEF (2008) ocorrem variações desse bioma, em Cerrado Denso, Cerrado Típico e Ralo, Vereda e Floresta Decídua e Semidecídua.

Os solos, neste ambiente deixado como herança, contribuíram para a definição, por grupos humanos, do uso e ocupação dos espaços, podendo ser um fator limitante, em caso das atividades agropecuárias.

Segundo dados do IEF (2008), em 2005, cerca de 33,8% do território do estado mantinham cobertura vegetal nativa. Segundo Drummond *et al* (2005), as políticas de incentivos para o reflorestamento, a partir da década de 1970, afetaram de forma expressiva a vegetação nativa de Minas Gerais. Mesmo com o aperfeiçoamento da legislação ambiental, a recuperação das áreas é lenta, restando ilhas isoladas de vegetação nativa remanescente, que devem ser preservadas.

As áreas residuais de cerrado em Minas Gerais correspondem a 19,94%, dos 57%

QUADRO 1

Tipos de solos predominantes na bacia hidrográfica do rio Pandeiros

Área da bacia	Tipos de solos	Relevo e vegetação associados
Alto rio Pandeiros	Latossolo Vermelho-Amarelo	Relevo plano e suave ondulado Cerrado Denso, Floresta Semidecídua, Cerrado Típico.
	Litólicos ou Neossolos Litólicos*	Relevo suave ondulado e com forte ondulação; camada de rocha sob o solo superficial. Cerrado Típico e Floresta Semidecídua
	Areias Quartzozas Hidromórficas ou Neossolos Quartzarênicos (Órticos ou Hidromórficos)*	Relevo plano e suave ondulado. Floresta Semidecídua.
	Gley pouco Húmico e Gley Húmico	Relevo plano. Campo de várzea, Cerrado Típico e Vereda.
Médio rio Pandeiros	Gley Húmico, Gley pouco Húmico; Areias Quartzozas Hidromórficas ou Neossolos Quartzarênicos (Órticos ou Hidromórficos)*	Relevo plano. Campo de várzea com Vereda, Cerrado Típico e Cerrado Denso
	Cambissolo	Relevo suave ondulado e forte ondulado. Cerrado Típico.
	Areias Quartzozas Neossolos Quartzarênicos (Órticos ou Hidromórficos)*	Relevo plano e suave ondulação. Cerrado Típico.
	Latossolo Vermelho-Amarelo	Relevo suave ondulado e ondulado. Cerrado Típico.
	Solos Aluviais ou Neossolos Flúvicos*	Relevo plano. Campo de várzea, Cerrado Denso e Vereda.
	Baixo rio Pandeiros	Cambissolo
Latossolo Vermelho-Amarelo		Relevo suave ondulado. Cerrado Típico.
Areias Quartzozas ou Neossolos Quartzarênicos (Órticos ou Hidromórficos)*		Relevo suave ondulado. Cerrado Típico e Cerrado Ralo.
Solos Aluviais ou Neossolos Flúvicos*		Relevo plano. Campo de várzea e Floresta de Decídua.

Fonte: IEF (2006)

* Provável denominação correspondente de acordo com a nova classificação dos solos. Disponível em: <<http://www.cnps.embrapa.br/sibcs/index.html>>. Acesso em: 13 jun.2008.

originais. O processo de ocupação do Cerrado seja em momentos pré-coloniais ou de ocupação pelos currais ou ainda, em momentos mais recentes, pelos programas e projetos governamentais, já consumiu com 2/3 da vegetação nativa.

O quadro ecológico que compõe o Cerrado em Minas completa-se com uma rede hidrográfica composta por rios perenes e intermitentes, tendo como eixo principal o rio São Francisco, que atravessa a região. Assim, como lembra Ab'Saber (2003, p.119) “coexiste uma perenidade geral para drenagem dos cerrados, com um efeito descontínuo de intermitência sazonal para os caminhos d'água nos canais de escoamento das pequenas sub-bacias”.

Nesse contexto, o rio Pandeiros nasce na vertente direita da Serra do Gibão, quando recebe denominação de córrego Suçuarana. Condensa-se ao ser alimentado pelas águas dos córregos de sua margem direita. Ao longo dos seus 145 km de extensão recebe os rios Pindaibal I, Pindaibal II, São Pedro, Alegre e Mandins como afluentes de sua margem esquerda, e os rios Catolé, Borrachudo, Macaúbas e São Domingos como os afluentes da margem direita. Além desses tributários principais, apresenta vários córregos que são intermitentes (FIG. 2). De acordo com informações do IEF (2006), nos últimos anos, 63 sub-afluentes do rio Pandeiros secaram. Suas águas verdes e cristalinas vertem nas águas barrentas do rio São Francisco, em um contraste de grande beleza, levando peixes e renovando a vida. O rio Pandeiros possui várias cachoeiras e corredeiras, que se tornaram pontos turísticos. O som produzido pela água faz lembrar o do instrumento musical pandeiro. Essa associação conferiu o nome ao rio.

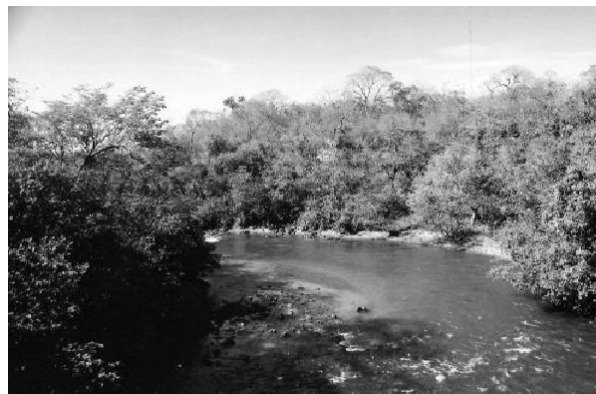


FIGURA 2: Rio Pandeiros. Fotografado por Maria Bárbara de M. Bethonico em janeiro 2007.

Segundo Abrantes (2005), várias espécies de peixes procuram as águas do Pandeiros para a reprodução, quando chegam a se deslocar até 2 mil km em busca das condições adequadas para a reprodução. Nesse momento procuram água limpa, transparente e sem poluição, com temperatura razoável, como as condições oferecidas pelo pântano do rio Pandeiros.

Possui uma diversidade biológica, com algumas espécies ameaçadas de extinção, como tucano, arara, papagaio, ema, jacu, jacaré, sucuri, lobo guará, onça pintada e preta, tamanduá bandeira, tamanduá mirim, tatus, veados, jaguatirica, pacas, capivaras, entre centenas de outros animais menos raros, mas com importância para o ecossistema da região (IEF, 2006).

A área em que está inserida a APA Estadual do Rio Pandeiros pertence ao semi-árido mineiro, com características pedológicas, climáticas e hidrológicas que formam a base material para a ação humana de ocupação do espaço. No que se refere à existência de vários afluentes intermitentes na bacia do São Francisco, o rio Pandeiros tem importante papel, uma vez que tem a perenidade como uma das suas características, além de ser um dos berçários dessa importante bacia nacional.

TABELA 1
População dos municípios que integram a bacia hidrográfica do rio Pandeiros

Municípios	2000			2007
	Rural	Urbana	Total	
Bonito de Minas	6.443	1.420	7.863	8.544
Cônego Marinho	5.713	764	6.477	6.290
Januária	27.682	35.923	63.605	64.811
Total	39.838	38.107	77.945	79.645

Fonte: IBGE: Censo 2000/Contagem populacional 2007

TABELA 2
População residente na bacia hidrográfica do rio Pandeiros

Parte da bacia	Distrito	População
Alto do rio Pandeiros	Várzea	2.874
	Bonita	
Médio do rio Pandeiros	Pandeiros	1.642
Baixo do rio Pandeiros	Pandeiros	1.516
TOTAL		6.032

Fonte: Sales, 2003, In: GEO, 2006.

OCUPAÇÃO HUMANA

A área da bacia do rio Pandeiros foi ocupada com mais intensidade em meados do século XVIII, com a formação das grandes propriedades rurais destinadas à pecuária de corte. A formação dos currais nesse período marca o início das ações antrópicas sobre a região que se intensificaram nas décadas de 1960/70 e 1980, com a implantação de grandes projetos de reflorestamento com eucalipto, visando à produção de carvão vegetal.

A comunidade do Pandeiros iniciou-se com a construção da hidrelétrica em 1958. Segundo funcionário do IEF, a comunidade

ganhou forças em dois momentos: com o Fiset (Fundo que financiou o plantio de 1,5 milhões de hectares de eucalipto na região e que menos

de 1% sobreviveu e com o carvoejamento ilegal principalmente na última década (Sr. Walter Viana Neves. Entrevista em: 10 jan. 2008).

Com a dinâmica populacional acompanhando os ciclos econômicos, atualmente os três municípios que fazem parte da bacia do rio Pandeiros possuem uma população total de 79.645 habitantes (IBGE, 2007), com a grande parte residente em Januária (TAB. 1). De acordo com o Censo de 2000, a população total desses municípios era de 77.809 habitantes e a área da bacia do Pandeiros contribuiu com uma população de 6.032 habitantes, concentrados principalmente no alto rio Pandeiros (TAB. 2). Nas comunidades rurais, os moradores desenvolvem a agricultura de subsistência, principalmente com o cultivo do feijão, arroz, mandioca, milho e cana. Existem, também, algumas

propriedades que praticam a pecuária extensiva. A área rural concentra a maior parte da população, principalmente nos municípios de Bonito de Minas e Cônego Marinho.

A ocupação humana da bacia acompanhou a história da região Norte de Minas Gerais, iniciando-se ainda no período pré-histórico e posteriormente com comunidades indígenas. Aspectos culturais sobreviveram ao longo dos séculos, como a prática da queimada, o desmatamento da vegetação ciliar e o dreno das veredas para o plantio. Essas práticas, associadas às características de relevo e solo acarretam o assoreamento, a redução do volume hídrico, a erosão do solo, dentre outros, configurando como problemas ambientais graves a serem superados.

De acordo com o IEF (2006), a bacia do Pandeiros enfrenta vários problemas que persistem mesmo após a implantação da APA, sendo eles a caça e a pesca predatória, a ocupação desordenada das margens do rio por atividades agropecuárias, a degradação das matas ciliares e de topo. Nesse mesmo material fornecido pelo IEF, destaca-se a produção de carvão de eucalipto como “bastante significativa sendo a maior da região” (IEF, 2006, p.1), com referência à produção da Plantar SA que está desativada desde 2007, sem a renovação do plantio.

OCUPAÇÃO ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA APA ESTADUAL DO RIO PANDEIROS - AS CONEXÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A superfície terrestre, campo de estudo por excelência da Geografia, é o local onde ocorrem os fenômenos decorrentes do contato entre as massas sólidas, líquidas e dos gases que formam o planeta. A forma como ocorre

essa combinação no passado e no presente, molda a paisagem e permite a ação dos seres vivos, inclusive do homem. Conhecer essas relações e sua história torna o espaço inteligível, considerando uma sucessão de fatos que pertencem a um espaço geográfico.

A construção do espaço ocorre ao longo de um tempo que apresenta diferentes relações entre o homem e a natureza. Para Moreira (2006), a natureza possui uma face múltipla onde participam o movimento físico, o biológico e o humano, e “a natureza é antes de tudo história” (MOREIRA, 2006, p. 73). A abordagem geográfica tem como ponto central a síntese dos movimentos que levam essa natureza a se unificar e diversificar ao mesmo tempo. Dessa forma, os caminhos conduzem para algo além das incompatibilidades e distinções entre as partes, mas leva as suas conexões. O que muda são as conexões priorizadas nas análises, definidas de acordo com os objetivos de uma pesquisa, buscando contribuir para as fundações em que se tenta edificar o conhecimento.

Ao longo dos últimos séculos o espaço da APA foi construído em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Nas últimas décadas acrescentou-se a esse espaço a preservação ambiental, agregando novo item aos conflitos ali presentes. De acordo com a FGV (1986), a disputa por poder e recursos (naturais ou humanos) caracteriza o conflito, que implica na existência de interações entre homens e, no caso específico desta pesquisa, essas interações são mediadas pelo uso dos recursos naturais disponíveis na região, mas que, de acordo com a legislação vigente, devem ser preservados.

O CONTEXTO REGIONAL

A construção do espaço no norte de Minas Gerais pode ser pensada em dois momentos marcados pelo papel do Estado. O primeiro é priorizado neste artigo. Denominado Sertão Mineiro, tem como principais características a relação do homem com uma paisagem pouco modificada, de proximidade com o Cerrado e pela ausência do Estado no cotidiano desses moradores. O segundo momento, considerado enquanto Região Administrativa, é caracterizado por uma ação intensa do Estado no que se refere à implementação de políticas públicas a partir das décadas de 1960/70.

A história do Norte de Minas Gerais está relacionada à do Nordeste açucareiro. No início a região foi considerada parte das Dioceses de Pernambuco e da Bahia. A região do Pandeiros, pertencia à de Pernambuco que abrangia toda a margem esquerda do rio São Francisco. Porém a ocupação da terra ocorreu a partir da expansão da pecuária, nos séculos XVI e XVII.

Januária é um dos municípios mais antigos da região, tendo sua ocupação ligada aos caminhos de busca de riquezas minerais e mão-de-obra escrava, de origem indígena, principalmente os Xakriabás. As condições de clima e solo propiciaram a implantação da pecuária e da lavoura de subsistência por toda a região, servindo de suporte de alimentos para a região mineradora. A agricultura praticada ocupava as áreas de veredas, fornecendo alimentos para as cidades mineiras mais próximas, localizadas na Serra do Espinhaço, como Grão Mogol, Salinas, Diamantina, Felisberto Caldeira, Itamarandiba e Capelinha.

As fazendas de pecuária instaladas ao longo dos rios foram entremeadas com

pequenas aglomerações de pessoas, originando os povoamentos que sobrevivem ao tempo. A crise da mineração abalou a economia da região, mas o colapso não se concretizou totalmente, pois já havia uma população residente (AUGUSTO, 1988). As culturas daquele tempo (séculos XVI e XVII) também sobrevivem até hoje, como o milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, sendo esse último produto destinado principalmente à produção de aguardente. Januária é uma das cidades com maior produção de aguardente do estado de Minas Gerais, tradição que sobrevive até os dias atuais.

As relações entre os moradores da região ampliaram-se a partir do momento em que os povoamentos e os cercamentos para bois cresceram, reduzindo a disponibilidade de terras novas e livres. A solução foi estabelecer laços de uso das terras. Restou, então, tornar parceiro em "terras alheias". Nasceram, assim, as relações de dependência e subordinação aos donos da terra. Dependência que vai transformar o parceiro e sua família, antigos trabalhadores livres, em trabalhadores cativos. Cativos não só por dependência econômica àquele que é dono da terra e pode assim, cedela ou não à meia, mas também pela dependência afetiva e ideológica construída a partir de pequenos favores que o 'senhor' pode prestar à sua condição cada vez mais miserável – transportar o filho doente; emprestar dinheiro para pagar uma dívida; arrumar uma bolsa de estudos ou emprego para o filho, etc. O 'senhor' passa então, de patrão a padrinho do filho e, portanto "cumpadre"; de explorador e dominador a benfeitor (AUGUSTO, 1988, p. 4).

Essas relações sobreviveram por séculos, definindo a política e a economia da região Norte de Minas. Os senhores tornaram-se políticos com povoados inteiros sob seu mando, em um fenômeno social conhecido

como coronelismo, que sobrevive ainda sob a forma de domínio econômico. Essa herança ainda é lembrada nos nomes das ruas e praças das cidades.

O SERTÃO MINEIRO – A PRIMEIRA HERANÇA

As modelagens e remodelagens que ocorreram na superfície terrestre através do tempo formaram a paisagem que ficou como herança para os humanos (AB'SABER, 2003). Essa herança foi recebida pelos primeiros ocupantes do norte de Minas Gerais, sendo denominada como Sertão Mineiro, significando um mosaico composto pela vegetação, hidrografia, relevo, elementos influenciados pelo clima e pelas características do solo na região norte de Minas Gerais, isto é, um espaço construído e vivido em um determinado momento da história. O espaço não é, dessa forma, algo estático, mas modifica-se com o tempo: o tempo da natureza e o tempo do homem, isto é, a dinâmica da paisagem reage ante a ação natural e à interferência antrópica.

Considerando esse espaço dinâmico como território, Haesbaert (2004) lembra da importância de duas características básicas do território, sendo a primeira relacionada ao seu caráter político presente no jogo entre os macropoderes institucionalizados e os micropoderes, geralmente mais simbólicos que são produzidos e vividos no cotidiano das populações; a segunda característica é o caráter integrador entre o Estado, com seu papel gestor-administrativo, e os indivíduos formadores dos grupos sociais nas relações com o ambiente em que estão inseridos. Completando o pensamento o autor destaca a importância de se trabalhar o contexto histórico:

é imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o 'território' com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004, p.78).

O Cerrado foi formado ao longo de milhões de anos, compondo a base material para o aparecimento do tempo do homem. Esse homem buscou adaptar-se às condições naturais do cerrado, estabeleceu uma cultura e aprendeu a usar a natureza a seu favor. A ausência do Estado e o isolamento em relação às áreas mais desenvolvidas de Minas Gerais e do Brasil, imputaram uma situação específica de mando e relações entre os habitantes, de construção de uma justiça e de leis próprias no uso do espaço e apropriação dos recursos naturais, formando o território, aqui compreendido como conceito que a existência de relações políticas dentro de um determinado espaço (SANTOS, 2003).

Muito do que se tem, hoje, sobre o Sertão Mineiro foi resgatado através da história oral, enquanto pedaços integrantes de um contexto, cenas colhidas em momentos, em instantes. Para Starling (1998), essa história oral é objeto de construção que se faz a partir de um conjunto de imagens, de fragmentos que são originários dos sonhos, dos devaneios, das fantasmagorias, são partes dos desejos de seres humanos concretos e singulares, deixando com isso, expressar a vida de uma época.

Um olhar lançado na direção do tempo, em permanente deslocamento, do presente para o passado, da fugacidade do evento para sua transformação em memória, do anonimato de uma vida privada para a redescoberta do brilho antigo que vem do mundo dos homens. Algo assim como um esforço deliberado no sentido de descamar a memória, recriando suas redes significantes, uma espécie de 'lembrar-se contra' a literatura do passado e o automatismo das concepções hegemônicas do tempo, identificadas com o movimento contínuo, repetitivo e vazio do progresso – ao contrário, são recordações que deslizam, aos pedaços, feito pele esfolada, na direção inversa à do calendário e ao revés da História ((STARLING, 1998, p. 39-40).

A fala do Riobaldo, no romance Grande Sertão Veredas (ROSA, 2001, p.462), contribui para a compreensão do que é o Sertão: “...era beleza e amor, com inteiro respeito, e mais o realce de alguma coisa que o entender da gente por si não alcança”. Essa imagem do Sertão foi construída em uma base material, ou natural, e com a influência dos homens que ali habitaram.

O conceito de Sertão é formado pelos moradores, sempre como indicativo de um lugar distante, onde não é habitado, significando um outro lugar que não é o que os seus entrevistados da pesquisa habitavam, pois se é um lugar deserto, não pode ser onde ele habita e, resumindo, o Sertão é “onde a sociedade humana ainda não venceu o mundo natural” (RIBEIRO, 2006, p.282).

Ao longo da história de ocupação do Cerrado, as atividades introduzidas promoveram diferentes relações com o meio ambiente, alterando as paisagens de acordo com os recursos explorados e suas finalidades, em momentos em que a população teve papel essencial, expresso nas relações com o espaço de vivência e no acúmulo de conhecimentos.

Se os moradores contribuíram com a introdução de atividades que marcaram a história de sua exploração, desde o século XVIII até a atualidade, também se valeram de todo o patrimônio cultural acumulado pelos grupos humanos que os antecederam na convivência com o Cerrado, introduzindo aí suas próprias contribuições. Essa cultura e essa sociedade, formadas com a participação indígena, européia e africana, se tornam particulares e diferentes das surgidas em outros ambientes geográficos que tiveram as mesmas contribuições. Tal cultura e sociedade se identificam sob a denominação de Sertão Mineiro (RIBEIRO, 2006, p.283), facultando-lhe singularidade.

Os currais de gado na região norte ou nos Gerais⁴, como era conhecida nos séculos XVII e XVIII, foram formados para fornecimento de alimentos para a região aurífera das Minas. Esses currais marcaram um momento em que houve uma ligação comercial entre as regiões do estado, mas que, com o fim do período da mineração, a região Norte foi relegada ao esquecimento (NOU e COSTA, 1994), com poucos investimentos tanto públicos quanto privados. Os investimentos foram retomados com mais intensidade apenas dois séculos mais tarde, com os projetos de reflorestamento e irrigação, como o Projeto Jaíba, por exemplo.

As mudanças na paisagem foram percebidas pela população, que expressam o modo de vida anterior a esses projetos e os danos ambientais que ocorreram após a

implantação dos reflorestamentos e as carvoarias na região.

O primeiro a ter ações para acabar com a água foi o governo, com as grandes empresas, grandes firmas. Desmataram, somente uma firma, 16.000 ha, cortando a maior parte de pequizeiro. A área era usada pela comunidade para coleta do pequi e para criar animais. No local existiam 7 lagoas que secaram. As pessoas que vivem por lá tiram água de poço artesiano. Isso ocorreu em 1975. Hoje o desmate acaba com a natureza. Agora estamos nós pagando o pato pelo que eles fizeram. (Oswaldino, líder comunitário da Larga, entrevista realizada em 11.01.2008).

O espaço enquanto herança é formado assim, por uma paisagem, que chegou até as décadas de 1960/70, período em que a ação do Estado se intensifica com a implantação do Projeto Distritos Florestal. Esse projeto teve como objetivo a introdução de plantios de eucalipto e a produção de carvão vegetal, trazendo vários impactos, tanto sociais quanto ambientais para toda a região norte do Estado (BETHONICO, 2002). De lugar deserto, de sertão, transformou-se em espaço de possibilidade de desenvolvimento, de área a ser ocupada e com possibilidade de altos rendimentos econômicos, através da expansão do capitalismo agrícola, da pecuária, de grandes projetos e dos reflorestamentos.

O HUMANO NA FORMAÇÃO DO SERTÃO

A história da região em que está localizada a APA Estadual do Rio Pandeiros, foi marcada pela ocupação de vaqueiros, fazendeiros, coronéis e outros que formaram o povo do Sertão. Mas é importante considerar que ali sempre existiu a comunidade da etnia Xakriabá, que sobreviveu a todas essas alterações paisagísticas e culturais, encontrando-se atualmente, com descendentes distribuídos por toda a região, com um total de 4.992 habitantes (CAMPOS, 2006).

A pressão sobre essa comunidade nativa remonta aos primeiros séculos da colonização do Brasil, quando da chegada dos colonizadores a Região do rio São Francisco, especificamente no norte de Minas Gerais. O primeiro contato com os índios da região ocorreu no século XVI, momento em que as primeiras expedições de portugueses penetraram na região em busca de metais e mão-de-obra escrava indígena (SANTOS, 1994).

Atualmente, com uma agricultura deficiente, com pouca produção de excedente, muitos indígenas deixam a área, em busca de emprego e aumento da renda familiar, dirigindo-se para regiões distantes, como Ribeirão Preto, em São Paulo, onde trabalham nas usinas de açúcar e álcool (SANTOS, 1994).

O índio, como o sertanejo, busca identidade e sobrevivência no Sertão. Outros moradores não possuem origem indígena, mas ali chegaram através de ocupações, seja pelo caminho do rio São Francisco, seja por outras vias. As características naturais, as dificuldades de cultivo, o direcionamento das atividades para uma pecuária, com a formação dos currais, contribuíram para a formação do sertanejo, denominação indicada para os moradores da

região. Cabe ressaltar que outra denominação para essas pessoas, os geraizeiros, refere-se aos moradores dos Gerais.

Um dos mineiros que melhor conseguiu personificar o morador e a singularidade do norte de Minas Gerais foi o escritor João Guimarães Rosa. Em suas obras é possível perceber o cuidado em descrever a geografia local, os hábitos, a política e demais elementos que vão caracterizar o Sertão Mineiro, principalmente o homem. Para ele, o Sertão é algo com difícil localização: “O Sertão está em toda parte [...] Sertão está no meio de nós”- pensamento expresso através das palavras de Riobaldo, personagem do GSV⁵.

O Sertão, com suas variadas paisagens (matas, rios, veredas, serras), mistura-se a personagens, moradores constantes, que vão sendo desenhados e definidos em Guimarães Rosa. Essas personagens movimentam-se junto com o universo do Sertão, num dinamismo próprio e em relações próximas à natureza. Em suas discussões, Starling (1998) fala das configurações da vida, referindo-se à importância das imagens como traço definidor da historiografia e que servem como recurso de acesso a história individual e coletiva de uma época.

O homem aparece como primordial na formação do imaginário rosiano, que como outros autores da literatura brasileira, caminham dentro de uma vocação ecológica, numa comunhão entre a literatura e a natureza, retratando uma das características do Sertão: o seu povo. A proximidade com a natureza é expressa nos nomes e apelidos recebidos por essas personagens, com os ligados a água e ao ar - “E, daí, não sei bem, eu estava recebendo socorro de outros - o Jacaré, Pacamã-de-Preas, João Curiol e o Acauã - eles que molhavam minhas faces e minha boca, lambi a água” (ROSA, 2001, p. 612). Para Starling (1998), essas

personagens aparecem como materiais de representação de uma época, que fazem parte de um cenário.

A vereda também se tornou elemento identificador de personagens. Diadorim foi associada ao buriti por Riobaldo no romance GSV

pelas lágrimas fortes que esquentavam meu rosto e salgavam minha boca, mas que já frias já rolavam. Diadorim, Diadorim, oh, ah, meus buritizais levados de verdes...Buriti, do ouro da flor...E subiram as escadas com ele, em cima da mesa foi posto. Diadorim, Diadorim - será que a mereci só por metade? Com meus molhados olhos não olhei bem - como que garças voavam [...] (ROSA, 2001, p. 614).

O ouro, simbolizado pelo fruto do buriti, fazia parte da personagem e, na vida de Riobaldo, a vereda representava o sagrado, o sossego, a paz e a alegria. Representações tão intensas que Diadorim é enterrada numa vereda, sabendo que “na água reside a vida, o vigor e a eternidade” (SOBRINHO, 2003, p. 134). A paisagem do Sertão marca a vida do morador, que busca em seus elementos uma identificação com seus sentimentos, sua vida, seu mundo. É assim com o rio São Francisco, apontado como o eixo do Sertão e uma realidade travestida de magia e significados. Mesmo “calado”, marca a vida das pessoas, “nossa casa, no tempo, ainda era mais próxima do rio, obra de nem quarto de légua: o rio por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre. Largo, de não se poder ver a forma da outra beira” (ROSA, 2005, p.77). O rio, caminho e vida, também expressa o desejo de misturar-se à eternidade, a um rio que não pára,

que guia os moradores para outros lugares, numa mescla entre o homem e natureza.

A obra de Guimarães Rosa usa a natureza de forma bem ordenada, sem um predomínio do homem sobre a natureza, quando este não tem a intenção de subjugar-lá. O que ocorre é um entrelaçamento entre as necessidades humanas e as necessidades da natureza, numa rede em que o sujeito e o objeto, o homem e a natureza jamais se separam. Assim a natureza aparece enquanto algo sem fronteira e, como essa natureza, “o Sertão está em toda parte” – nas palavras de Riobaldo. O Sertão está dentro de cada morador, numa ligação do morador do Sertão com o grande rio, com a vereda, com a fauna, de onde tudo vem e para onde tudo retorna (SOBRINHO, 2003).

Essa forte ligação com a natureza é fruto, em parte do isolamento presente nas comunidades da região⁶, quando o significado do termo Sertão é mais expressivo, significando lugar desertado. Mas cabe ressaltar que essa característica imputou à região a especificidade que a diferenciou das demais áreas do estado de Minas Gerais. Numa paisagem marcada pela carência de recursos, os elementos da natureza são nomeados com expressões que buscam, de certa forma, amenizar a realidade ou enfocar a proximidade do homem com a natureza, numa relação afetiva, como Serra das Maravilhas, Serra dos Alegres, como os locais de referência de Riobaldo, no “sertãozinho de minha terra” (SOBRINHO, 2003, p. 69).

A literatura retratou-se não apenas os costumes e a vida, mas as ações de suas personagens demonstram aspectos políticos do Sertão. O Sertão aparece como espaço aberto, com fronteiras amplas e móveis, definidas e redefinidas de acordo com o caminhar dos

jagunços, nos momentos em que percorrem propriedades privadas e terras devolutas, traduzidas como “terras de ninguém”, por Roncari (2004). Ali os interesses públicos e privados se misturam no território, em momentos históricos onde o tempo era marcado com pessoas “ocupadas muito mais com o amor do que com a produção de mercadorias e o acúmulo de bens [...] um tempo heróico que findava [...] se integraria também à corrente do tempo, deixando de ser ilha” (RONCARI, 2004, p. 155), apontando esse autor para as mudanças por que passaria o Sertão, em momento posterior ao descrito por Rosa.

Na obra literária de Rosa é possível perceber uma interação entre o universo do Sertão com outro mais urbano. Este é o caso do julgamento da personagem Zé Bebelo, com a montagem de um tribunal; um acontecimento que fugia “ao campo da aventura e se tornava uma realização da vontade humana, que contrariava o costume e a determinação do espaço guerreiro, o sertão” (RONCARI, 2004, p. 262). Esse acontecimento demonstra uma situação de Estado ausente, onde o Sertão constrói seus próprios caminhos, mesmo que buscando referências nas características de instituições tipicamente civis e urbanas, como forma de superar soluções violentas e agressivas da vida dos jagunços⁷. Acontecimentos como estes retratados na literatura, demonstram um embate entre a barbárie e a civilização, num Sertão onde, pela sua estrutura, visto como mundo rústico aponta para uma situação onde as instituições modernas têm dificuldades em ser incorporadas. A visão sobre o Sertão como lugar da barbárie persiste até o momento dos discursos oficiais do período militar, onde intencionava-se levar o progresso e o desenvolvimento para o local do vazio demográfico e econômico.

O julgamento demonstra, dessa forma, um dos conflitos do Sertão, isto é, entre as forças locais e as legais, entre o poder privado e o poder público, quando “tudo se passa então como se os homens estivessem mais cumprindo do que escolhendo os seus destinos” (RONCARI, 2004, p. 263). Essa situação pode ser associada a um Sertão que não permite muita escolha, a não ser cumprir o destino, muitas vezes definido fora de seus limites e por instituições que não o conhecem. Como definiu Anastasia (1998), a história do Sertão foi construída em sua economia e sociedade com um Estado ausente e um poder apenas nominal das autoridades.

Os moradores do Sertão, em sua maioria, praticam uma agricultura sem técnicas apropriadas às condições naturais da região e, por isso, com baixa produção não permite a venda do excedente. Essa realidade tem levado esses moradores a buscar melhores de condições em outras regiões do estado ou do país ou, em alguns casos, a se tornarem empregados nas fazendas ou carvoarias da região, em condições degradantes de trabalho e vida (BETHONICO, 2002).

As condições naturais não foram atraentes por vários séculos, sendo a região descoberta como possibilidade econômica apenas nas últimas décadas do século XX. Com isso o Estado se fez ausente, com baixos investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento regional. O Sertão iniciava uma nova fase, onde o interesse do capital se sobrepôs ao do morador sob o discurso do progresso e o desenvolvimento, porém as marcas históricas da herança ainda permanecem mesmo após décadas e da implantação da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros.

CONSIDERAÇÕES

A Área de Proteção Ambiental do rio Pandeiros foi criada sem a participação da comunidade nessa decisão. Considerou-se a importância da bacia hidrográfica para o rio São Francisco e para o Cerrado. Não apenas a comunidade foi excluída, mas sua história e as relações de poder ali presentes e que foram consolidadas ao longo de décadas. Complementando o quadro, a área recebe influência de movimentos nacionais e internacionais, como a ampliação do consumo de ferro e aço pela sociedade e das questões ambientais.

O espaço tornou-se complexo em suas interrelações, com atores que possuem diferentes visões sobre o uso dos recursos naturais, em relações conflituosas. Com a implantação da área de preservação um novo ator é adicionado. Com a inserção do Estado o espaço recebe nova ordenação e, através do papel de gestor este impõe uma nova organização baseado na legislação ambiental vigente, ampliando os conflitos. Forças de poder se entrelaçam no espaço, transformando-o em território.

Os fenômenos que ocorreram na área de pesquisa até sua definição estavam relacionados diretamente a uma atuação ou não do Estado. Até a implantação das políticas econômicas para o crescimento da indústria nacional, o espaço convivia com um isolamento. Desenvolveu relações próprias tanto com o meio natural quanto entre os homens. O meio de vida ali existente não foi impedimento para a inserção da área no projeto nacional, quando o reflorestamento com eucalipto e a produção de carvão tornaram-se as principais atividades econômicas. A atuação do Estado se fez presente de forma impositiva, imprimindo mudanças expressivas na paisagem e na vida da comunidade. A definição da APA como a

ação do Estado, tem gerado novos conflitos, agora através de uma política ambiental. A biodiversidade presente na área de estudo levou milhões de anos para sua formação. Mas a ação humana associada à aplicação de políticas públicas direcionadas de forma incorreta tem levado a área a uma degradação constante, oriunda do uso indiscriminado dos recursos naturais e da produção de carvão vegetal. Como em diversas outras Unidades de Conservação, a APA do rio Pandeiros enfrenta um grande desafio que é o de conciliar a preservação do ambiente com a sustentabilidade dos moradores.

NOTAS

¹ Este artigo é parte integrante da tese de doutorado defendida junto à Universidade Federal Fluminense, em 2009, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Baptista Cunha.

² Professora da Universidade Estadual de Roraima; doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mbarbara@universia.com.br.

³ Crátons são grandes áreas continentais que sofreram pouca deformação desde o Pré-Cambriano, há aproximadamente 570 milhões de anos. Os crátons podem ser divididos em duas partes, sendo uma a área central, denominada escudo, que é estável; outra é a plataforma marginal, formada por rochas sedimentares, que sofreram pequena movimentação, ou apresentam camadas horizontais formadas pelo depósito de sedimentos, que recobrem o escudo Pré-Cambriano (GUERRA e GUERRA, 2005).

⁴ Durante esses séculos o atual estado de Minas Gerais era dividido em duas partes, de acordo com as atividades econômicas e os aspectos culturais presentes. A região denominada Minas implicava na parte mineradora e os Gerais a outra porção, distribuída principalmente na parte norte.

⁵ Grande Sertão Veredas, romance de João Guimarães Rosa (ROSA, 2001).

⁶ Algumas comunidades, como a Larga, encontra-se distante 190 km da sede do município de Januária. Além da distância as condições das estradas de toda a área ampliam a situação de isolamento.

⁷ “O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante [...] o que nem foi julgamento nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doideira acontecida sem senso, neste meio do sertão... – o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo!” (ROSA, 1963, In: RONCARI, 2004, p. 262).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, J. I. *São Francisco – rio abaixo*. Belo Horizonte: Conceito, 2005. 176 p.

AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos Rebeldes – violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Artes, 1998. 151 p.

ANDRADE, M. C. *Formação territorial do Brasil*. In: BECKER, B. K. et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 395 p.

AUGUSTO, R. C. *A intervenção do Estado na Região Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: CPT/Norte de Minas, 1988. 38 f. Mimeografado.

BETHONICO, M. B. M. *Produção de carvão vegetal no município de Montezuma-impactos sócio-ambientais*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Análise Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CAMPOS, M. B.; CAMPOS, T. B.; MONTE-MÓR, R. L. M. *A questão demográfica indígena: o caso dos Xacriabá, no Norte de Minas Gerais*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP. Caxambu-MG, 2006. 16 p. Disponível em: <<http://www.abenep.nepo.unicamp.br.pdf>>. Consulta em 30 mai. 2008.

FGV. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986. 1422 p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. 400 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa Municipal Estatístico-Bonito de Minas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS /IEF. *Bacia do Rio Pandeiros*. Januária: Instituto Estadual de Florestas, 2006. 5f. Mimeografado.
- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS /IEF. *APA Estadual do Rio Pandeiros*. Januária: Instituto Estadual de Florestas, 2006. 3f. Mimeografado.
- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. IEF participa de Foro Global de Bosques Modelo no Canadá. Belo Horizonte: Ascom/Sisema, 13 jun. 2008. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=589>. Acesso em: 19 ag. 2008.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº33.944 de 18 de setembro de 1992*. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 05 fev. 2008.
- MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006. 191 p.
- NOU, E. A. V.; COSTA, N.L. (coord.). *Diagnóstico da qualidade ambiental da bacia do rio São Francisco: sub-bacias do Oeste Baiano e Sobradinho*. Primeira Divisão de Geociências do Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 111 p.
- PEDROSA-SOARES, A. C. et al. *Nota explicativa dos mapas geológico, metalogenético e de ocorrências minerais do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: COMIG – Companhia Mineradora de Minas Gerais, 1994. 97p.
- RIBEIRO, R. F. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 376 p.
- RONCARI, L. *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 348p.
- ROSA, J. G. *Grande Sertão: Vereda*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 624 p.
- _____. *Primeiras estórias*. 1.ed especial Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 213 p.
- ROSS, J. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 208 p.
- SALES, H. R. Análise preliminar dos processos de desertificação em áreas do município de Januária/MG. Januária: GEO/UNIMONTES, 200-, 5f. Mimeografado.
- SANTOS, A. F. M. *Xakriabá: identidade e história*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 1994. 31 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/serie167empdf/pdf.pdf>>. Consulta em 30 mai. 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 473p.
- SILVA, A. A. D.; GALENO, A. (Orgs.). *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. 334p.
- SOBRINHO, J. B. S. *Imagens da água no romance Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa*. 2003. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- STARLING, H. M. M. Nas asas do instante – sobre o uso de imagens em Grande Sertão: Veredas. In: DAIBERT, A. *Imagens do Grande Sertão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Juiz de Fora: Editora UFJF, 1998. 147p. (P.35-50)